

O PÓS-COLONIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AMÉRICA LATINA

Mirian Claudia Lourenção Simonetti¹

Neste texto trazemos elementos para a tese de que os estudos pós-coloniais comportam contribuições para repensar o papel dos movimentos sociais recentes na América Latina. Para tanto, partimos da releitura e da revalorização das trajetórias de grupos, de comunidades e de culturas historicamente subalternas no continente. Verificamos como esses estudos dialogam criticamente com a tradição teórica, revendo abordagens clássicas da modernidade. Finalmente, discutimos as estratégias organizativas da Via Campesina e os seus discursos receptivos ao pensamento pós-colonial. Consideramos que nas ciências humanas parte dessas teorizações tem se valido dos referenciais teóricos relacionados à modernidade e à modernização para sua fundamentação. No entanto, gradativamente, tem havido iniciativas de revisão crítica quanto ao alcance temático dessas análises através de teorias dos estudos culturais e pós-coloniais. Não se pretende fazer aqui uma revisão completa e detalhada das teorizações sobre os movimentos sociais. Pretende-se, sim, à luz desse debate, considerar a relevância da transição de alguns enfoques tendo por referência o estudo da Via Campesina.

Na América Latina, as ciências humanas oscilaram, desde a sua constituição, entre a importação de conceitos frequentemente oriundos de diferentes realidades e a procura de um marco intelectual produzido na própria região. O conceito de pós-colonialismo têm influenciado importantes debates intelectuais na América Latina e tem por eixo fundamental a crítica à colonialidade do poder através do qual a produção do conhecimento e sua classificação passam a estar relacionados à demarcação entre o colonial e o pós-colonial (Mignolo, 2003; Quijano, 1997; Santos, 2006).

Estas críticas foram recentemente agrupadas sob a perspectiva comum denominada de pós-colonialismo, perspectiva esta que procura questionar a centralidade de uma análise que privilegia o elemento classe. Elementos analíticos como etnia, raça, gênero alargam e complexificam o campo de análise. Não se trata de analisar a 'questão colonial' cronologicamente, a partir do final da presença física colonial com o pós-colonial, as discussões mais recentes têm questionado a persistência de uma leitura linear do processo histórico, assim

¹Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase nos temas sobre movimentos sociais, políticas públicas de reforma agrária e meio ambiente. É coordenadora do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA). Bolsista Produtividade 2 CNPq.

como a pré (ocupação) do campo analítico social por conceitos coloniais.

Frantz Fanon e Enrique Dussel são tidos como precursores relevantes dos estudos pós-coloniais na América Latina. Estes autores interpretaram a modernidade a partir de um outro lugar, o lugar do sujeito colonizado e, especialmente, possibilitaram a elaboração de uma nova leitura do processo histórico da colonização, a partir deste lugar.

Frantz Fanon (1925-1961), aborda os processos de subjetivação, construídos pelo colonialismo e introjetado pelo colonizado, em relação ao corpo do dominado, à desvalorização devido à cor das peles negras e indígenas escravizadas. O autor prevê que a libertação dessas mentes só se dará através dos processos de desconstrução dessas formações discursivas e da construção de novas subjetividades dos sujeitos historicamente oprimidos e discriminados.

Enrique Dussel (1934-) inicia suas contribuições para repensar o processo de colonização e de dominação a partir da reflexão de uma nova epistemologia, a Filosofia ou Teologia da Libertação na América Latina. Possui uma das mais extensas obras sobre os processos de subjetivação dos pobres e busca construir uma pedagogia do oprimido. Mais recentemente (Dussel, 2005), desenvolve uma teorização crítica ainda mais contundente sobre uma interpretação “eurocêntrica da modernidade mundial”. Conclui que para superar as formações discursivas discriminatórias e opressivas da “modernidade” será necessário negar a negação do *mito* da modernidade, isto é, “des-cobrir” pela primeira vez a “outra-face” oculta e essencial à “Modernidade”: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas etc. (as “vítimas” da “Modernidade”) como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria “Modernidade”). Portanto, para ele, não se trata de negar o princípio de racionalidade, central para a modernidade, mas sim, a partir de um outro olhar, aplicá-lo às necessidades e às utopias dos subalternos em relação aos processos de mudança social.

Pretende-se nesse texto trazer elementos para a tese de que os estudos pós-coloniais comportam contribuições para se repensar a leitura sobre o papel dos movimentos sociais recentes na América Latina, considerando a revalorização das trajetórias de classes, de grupos, de comunidades e de culturas historicamente subalternas nesse continente. Trata-se de verificar algumas estratégias organizativas e discursivas da Via Campesina que são receptivas ao pensamento pós-colonial.

Nas últimas décadas, assistimos no Brasil e em diferentes países da América Latina uma aceleração da destruição da agricultura camponesa e uma ampliação das monoculturas ligadas ao agronegócio de exportação. Como resultado verifica-se uma enorme concentração das terras na mão de poucos proprietários e a destruição das florestas nativas. As

conseqüências ecológicas desse processo são bem conhecidas: a destruição das florestas destrói a biodiversidade, os mananciais, os rios e as comunidades camponesas.

Esse processo vincula-se ao avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais na agricultura e no sistema alimentar dos países da América Latina, que envolvem desde a privatização das sementes e a venda de agrotóxicos, até a compra dos produtos, ao processamento dos alimentos, seu transporte, distribuição e venda ao consumidor. Cada vez mais a produção, distribuição, circulação e consumo dos produtos agrícolas está centralizado em um número reduzido de empresas. A consequência disso é que os alimentos deixam de ser um direito e tornam-se cada vez mais mercadorias.

Verifica-se também uma ofensiva do capital sobre os recursos naturais. O processo de reprodução ampliada do capital lança as grandes empresas numa guerra de privatização que as leva a expulsar camponeses, comunidades indígenas, privatizando suas terras, territórios, florestas, biodiversidade, água e minérios. O cultivo de agrocombustíveis (cana-de-açúcar) em grandes monoculturas industriais também é razão dessa expulsão, amparada em argumentos sobre crise energética e climática. A realidade por trás destas últimas facetas da crise tem a ver com a atual matriz de transporte de longa distância dos bens, e individualizado em automóveis.

Esse processo deve ser compreendido no contexto da globalização neoliberal que segundo Sousa Santos

corresponde a um novo regime de acumulação de capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, a dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais, e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social se organiza melhor quando se organiza sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país (SANTOS, B. de S., 2005, p. 11).

Diante desse quadro, muitos camponeses atingidos pelo capital escolheram a mobilização e vêm buscando, através da ação coletiva, a participação nos movimentos sociais.

Segundo Desmarais

A força brutal da globalização contribuiu para o surgimento de uma grande variedade de novos atores sociais. Também levou às novas

estruturas de ação coletiva entre os atores sociais tradicionais, incluindo as organizações camponesas. [...] todos estão tentando estabelecer uma presença e esculpir espaços políticos alternativos em que as suas preocupações e demandas possam ser articuladas, negociadas e que se sejam acomodadas em um contexto de uma globalização contestada. (DESMARAIS, 2007a, p. 24, tradução nossa²).

Um desses novos atores é a Via Campesina. Ela surge em 1992, em Manágua (Nicarágua), durante o Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Granaderos* (UNAG) como uma rede transnacional de movimentos sociais rurais. Ela propõe defender os interesses dos membros que a forma, buscando atuar, principalmente, através da influência nos grandes centros de poder para interferir na formulação e promoção de políticas agrícolas que afetam, direta ou indiretamente, seus membros. Dessa forma, a Via Campesina age como um articulador de interesses de atores menores no cenário mundial. Atualmente, possui compreensão quase planetária e atua, tanto localmente quanto globalmente, sendo, até a *Conferência de Maputo*, ocorrida em 2008, 148 organizações em 69 países. (LA VÍA CAMPESINA, 2008)

Na sua formação,

os líderes dos movimentos camponeses tinham para a Via Campesina uma proposta transformadora, percebendo-a como a oportunidade para a concepção de um modelo alternativo de desenvolvimento, criado sem a interferência de ONGs e a partir da análise coletiva, ação conjunta, e solidariedade entre camponeses e pequenos agricultores, do Norte e do Sul. (NIEMEYER, 2007, p.164).

Entre as atuações da Via Campesina ainda no início de sua formação, destaca-se seu posicionamento expressivo na *Assembléia Global sobre Segurança Alimentar*, que ocorreu em 1996 em Québec, realizada pela FAO, momento em que a rede assumiu uma posição significativa como ator transnacional. Também, no mesmo ano, participou da *Cúpula Mundial da Alimentação*, demonstrando seu posicionamento político.

A Via Campesina foi um ator político ativo e visível na Cúpula Mundial da Alimentação (CMA), realizada em Roma, convocada pela FAO. Seus membros desafiaram a FAO a reconhecer a sua legitimidade como representantes dos camponeses e pequenos agricultores em um dos maiores movimentos agrícolas do mundo e

² The brutal force of globalization contributed to the emergence of great variety of new social actors. It also led to new structures of collective action among traditional social actors, including peasant organizations. [...] all are trying to establish a presence and carve out alternative political spaces in which their concerns and demands can be articulated, negotiated, and accommodated in the context of a contested globalization. (DESMARAIS, 2007a, p. 24)

pediu para ser concedido o estatuto de representante oficial da CMA. (DESMARAI, 2007a, p. 08, tradução nossa³).

Porém, para que esse posicionamento fosse possível, seu principal objetivo, durante o primeiro ano de existência da Via Campesina, foi estreitar e fortalecer as relações entre os movimentos sociais rurais locais e para isso, em 1993, realizou a *Primeira Conferência Internacional da Via Campesina*, momento em que foram decididas as metas e as primeiras táticas de ação do movimento.

Claramente, a Via Campesina está preenchendo um vazio importante. Sua existência é a evidência de novas estruturas de ação coletiva no campo; suas estratégias desafiam modelos tradicionais de organização no setor rural, e da magnitude de sua presença internacional - sua natureza dinâmica, a diversidade cultural e a distribuição geográfica ampla - fala a suas potencialidades transformadoras. (DESMARAI, 2007a, p. 09, tradução nossa⁴).

Para tanto, a Via Campesina se baseia numa organização em rede, visto que ela não existe fora das organizações-membros que a constitui. Quando se fala na Via Campesina como uma rede transnacional de movimentos sociais, partimos da perspectiva que a Via Campesina sofre influências mútuas, partindo elas da esfera local para a esfera global e da esfera global para a esfera local (SIMONETTI, 2006).

A organização não possui sede fixa e sua estrutura e equipe são compostas por grupos pequenos e descentralizados. O órgão mais importante da Via Campesina é o Comitê Coordenador Internacional (CCI), que é composto por representantes de todas as regiões⁵ em que ela se apresenta, e o Secretariado Operacional Internacional (SOI), que é responsável pela coordenação do CCI; sendo eles definidos durante suas Conferências Internacionais. Cada uma das regiões possui dois representantes, um homem e uma mulher, o que revela a preocupação da rede com a equidade de gênero em sua representação.

³ The Via Campesina was an active and visible political actor at the World Food Summit (WFS), held in Rome and convened by FAO. Its members challenged the FAO to recognize their legitimacy as representatives of peasants and small farmers in the one of the largest farm movements in the world and requested to be given official delegate status at the WFS. (DESMARAI, 2007a, p. 08).

⁴ Clearly, La Via Campesina is filling important void. Its very existence is evidence of new structures of collective action in the countryside; its strategies defy traditional patterns of organizing in the rural sector; and the sheer magnitude of its international presence - its dynamic nature, cultural diversity, and wide geographical distribution - speaks to its transformatory potential. (DESMARAI, 2007a, p. 09).

⁵ São oito regiões, a saber: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa.

Os dezesseis membros da Comissão de Coordenação Internacional - com dois representantes (um homem e uma mulher) de cada uma das suas oito regiões - é o elo mais importante entre as várias organizações camponesas. Fora da Conferência Internacional, o CCI é uma equipe chave de tomada de decisão e de coordenação do corpo da Via Campesina. Todas as decisões importantes são tomadas em consulta com os seus dezesseis membros. Sobre questões-chave do processo de consulta, essa questão vai além da autoridade do CCI, uma vez que cada coordenador regional deve refletir as necessidades, preocupações e decisões das organizações dentro de sua região. É somente através de uma comunicação ampliada e de consulta que os coordenadores regionais ganham autoridade para apresentar posições e resoluções para o CCI. Para as organizações da Via Campesina, as regiões são os principais pontos de intersecção entre as comunidades e lutas nacionais e internacionais. (DESMARAIS, 2007a, p. 30, tradução nossa⁶).

Cabe destacar que a transnacionalização de movimentos sociais abarca as relações sociais originadas das tensões existentes entre o local e o global, formadas entre agentes coletivos além dos limites territoriais dos países, que em graus variáveis de institucionalização, congregam membros dos mais variados países, possibilitando uma atuação mais efetiva em busca de seus interesses.

Em decorrência dos novos desafios surgidos no cotidiano camponês, houve uma maior convergência dos movimentos sociais rurais em direção da nacionalização, regionalização e da transnacionalização. Assim, buscavam novos ambientes de negociação e de ação coletiva para que o alcance de seus objetivos fosse facilitado, levando-se, assim, a um maior estreitamento entre o ativismo dos movimentos sociais transnacionais, tanto do Norte como do Sul, pilar esse de sustentação da Via Campesina (DESMARAIS, 2003).

Assim sendo, ao tornarem-se movimentos transnacionais, os movimentos sociais nacionais aumentam sua escala geográfica de abrangência. No caso da Via Campesina, que congrega, na maioria dos casos, atores de pequena escala de atuação, a rede possibilita que

⁶ The sixteen-member International Co-ordinating Commission - with two representatives (one man and one woman) from each of its eight regions - is the most important link among the various peasant organizations. Outside of the International Conference, the ICC is the key decision-making and co-ordinating body of the Via Campesina. All major decisions are made in consultation with its sixteen members. On key issues the consultation process goes beyond the ICC, because each regional co-ordinator must reflect the needs, concerns, and decisions of the organizations within his or her region. It is only through extended communication and consultation that the regional co-ordinators gain a regional mandate to present positions and resolutions to the ICC. For Via Campesina organizations, the regions are the key points of intersection between communities and national and international struggles. (DESMARAIS, 2007a, p. 30).

esses movimentos encontrem na organização um ambiente para atuarem em escala global. Nesse ambiente, onde são reunidos inúmeros outros movimentos sociais rurais que possuem basicamente as mesmas reivindicações, a organização torna seus membros mais fortes no que tange ao poder de pressão que passam a exercer perante os atores internacionais.

As campanhas empreendidas pela Via campesina buscam estabelecer estratégias para toda a rede, para que esta possa atingir seus objetivos. Para tanto, desde sua formação, as campanhas empreendidas pela organização passaram pela evolução, a saber: a *Campanha Soberania Alimentar*, a *Campanha Sementes* e, atualmente, tem assumido uma posição mais abrangente dessas questões, o que não suprime o tratamento das questões elencadas anteriormente nas campanhas.

A *Campanha Soberania Alimentar* e a *Campanha Sementes* objetivam as mesmas questões, no entanto, os temas são aprofundados e alargados na *Campanha Sementes*. Ambas procuraram promover uma maior justiça social no campo, vindo esta por meio da defesa dos direitos dos camponeses. Os assuntos tratados nas campanhas promovidas pela Via Campesina “seriam inter-relacionadas e estariam confluindo para um mesmo objetivo: a luta pela justiça social e pelo reconhecimento dos direitos dos camponeses, resumidos sob o conceito amplo de Soberania Alimentar.” (NIEMEYER, 2006, p. 110).

Nesse processo de evolução das campanhas empreendidas pela Via Campesina, a rede vem atuando nas diversas esferas (local, nacional, regional, global) e vem dedicando-se aos temas como direito dos camponeses, biodiversidade, direitos humanos, soberania alimentar, etc. A criação do conceito de “soberania alimentar”, dentro do âmbito da própria organização, permitiu o reconhecimento da rede como um ator de relevância no palco internacional, o que foi possível através da construção, pela Via Campesina, de um

modelo radicalmente diferente de agricultura, baseado no conceito de soberania alimentar. O movimento camponês acredita que isso só pode ser feito através da construção de unidade e solidariedade entre a grande diversidade de camponeses e organizações de agricultores em todo o mundo. (DESMARAI, 2007a, p. 26-27, tradução nossa⁷).

Foi a partir da luta pela “soberania alimentar”, que a Via Campesina promoveu sua primeira campanha, a *Campanha Soberania Alimentar*, lançada durante a II Conferência

⁷ [...] main goal of the Via Campesina is to build radically different model of agriculture, one based on the concept of food sovereignty. The peasant movement believes that this can only be done by building unity and solidarity among the great diversity of peasants and farm organizations around the world. (DESMARAI, 2007a, p. 26-27).

Internacional da Via Campesina, ocorrida em 1996 em Tlaxcala (México). Foi também através dessa campanha que, inicialmente, a Via Campesina passou a expor, com mais assertividade, suas demandas e passou a se relacionar com mais efetividade com outros atores, ganhando maior respeitabilidade.

Embora as relações Via Campesina-ONGs tenham sido marcadas, de tempo em tempo, por conflito e tensão, elas também são uma grande fonte de poder. A Via Campesina, bem consciente de suas limitações, se convenceu de que a construção de alternativas à agenda neoliberal [...] só poderiam ocorrer com uma convergência intercultural, intersetorial dos movimentos sociais de base trabalhando juntos com as ONGs mais profissionalizadas (mas críticas). (DESMARAIS, 2007a, p. 122, tradução nossa⁸).

O conceito de “soberania alimentar” é um conceito mais amplo e profundo do que o conceito de “segurança alimentar”, esse último criado e defendido pela FAO. Grosso modo, “soberania alimentar” é o direito dos mais diversos povos, países de definirem suas próprias políticas agrícolas, sem que essas sejam passíveis de qualquer tipo de *dumping* de terceiros.

A *Campanha Soberania Alimentar* foi baseada nesse conceito e apresentou diversas propostas para o estabelecimento de políticas agrícolas soberanas. Dentre elas, a agricultura deveria ser empregada para a alimentação da população, dando preferência à produção para o consumo local, em detrimento da produção para exportação. Segundo a *Declaração da Campanha Soberania Alimentar* essa ação “mostra a natureza dinâmica da [...] solidariedade e da [...] determinação para avançar na defesa dos que vivem da terra e na construção de melhores alternativas.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa⁹). Defende também, para que isso seja possível, maiores incentivos por parte do Estado aos pequenos agricultores, priorizando eles ao agronegócio.

Tendo-se em vista a defesa dos direitos dos agricultores, a campanha procurou garantir a defesa dos direitos dos camponeses e dos sem-terra, que seriam, segundo a declaração da campanha, acesso à água, à terra e às sementes. Para tanto, a campanha defende a reforma agrária e a manutenção do *status* público da água e da semente. Em decorrência disso, a

⁸ Although Vía Campesina-NGO relations have been marked, from time to time, with conflict and tension, they are also a source of great power. The Vía Campesina, well aware of its limitations, became convinced that building alternatives to the neo-liberal agenda [...] would only occur with a cross-cultural, cross-sectoral convergence of grassroots social movements working together with more professionalized (but critical) NGOs. (DESMARAIS, 2007a, p. 122).

⁹ “[...] muestra la naturalizada dinámica de [...] solidaridad y de [...] determinación para avanzar en la defensa de los que viven de la tierra y en la construcción de mejores alternativas.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

campanha voltou-se contra a produção transgênica e posicionou-se em prol do acesso livre à semente, o que vai ao encontro do que está disposto na *Resolução 8/83*, da FAO, em que “recursos genéticos vegetais são um patrimônio da humanidade a ser preservado, e para ser livremente disponível para uso, em benefício das gerações presentes e futura.” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983, tradução nossa¹⁰). A esse respeito, a Via Campesina declara estar determinada “a criar uma economia rural baseada no respeito a [eles] mesmos e à terra, com base na soberania alimentar, e do comércio justo” (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹¹)

Desse modo, concebem que os direitos dos camponeses estão ligados à produção alimentícia, de acordo com sua própria cultura, e ao direito dos povos de comerem aquilo que é culturalmente aceito por eles, sendo esse assunto também tema abordado na *Declaração da Campanha Soberania Alimentar*. Além disso, a campanha também pauta a necessidade dos indivíduos de atentarem para as políticas agrícolas estabelecidas por seus Estados nacionais. A Via Campesina alega que “esse problema não pode ser resolvido sem a participação ativa daqueles que cultivam a terra.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007, tradução nossa¹²)

Já no ano 2000, durante a III Conferência Internacional da Via Campesina foi lançada a “Campanha Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade”. Dentre as bandeiras levantadas nessa campanha, destaca-se o combate à privatização bem como o patenteamento sobre a vida e a garantia à Soberania Alimentar dos povos. Assim, na *Declaração da Campanha Sementes*, a Via Campesina se opõe “a que se privatizem e a que se patenteiem os materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade campesina, à atividade indígena.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹³). Diante dessas bandeiras, são defendidos os Direitos do Agricultor (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989), intimamente ligados ao tema de Soberania Alimentar.

Nesta campanha, a atuação da Via Campesina continua diretamente ligada à conservação do *status* público das sementes e na soberania dos povos e Estados de definirem suas próprias políticas agrícolas. Esse tipo de postura, empregada pela rede, busca um

¹⁰ “[...] plant genetic resources are a heritage of mankind to be preserved, and to be freely available for use, for the benefit of present and future generations.” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983).

¹¹ “[...] a crear una económica rural basada en el respeto a [ellos] mismos y a la tierra, sobre la base de la soberanía alimentaría, y de un comercio justo.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

¹² “No podrá solucionarse este problema sin la participación activa de los que cultivan la tierra.” (LA VÍA CAMPESINA, 2007).

¹³ “[...] a que se priveticen a que se patenten lo materiales genéticos que dan origen a la vida, a la actividad campesina, a la actividad indígena.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000).

desenvolvimento alternativo ao atual, o neoliberal, de forma a se “evitar que se imponham modelos em que predomine uma única forma de vida ou de modelo de desenvolvimento.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁴).

Nessa campanha, há um aprofundamento da questão da soberania alimentar na medida em que, a partir desse momento, esta passa a ser ligada a questão da biodiversidade. Em consequência dessa ligação, passa a ser valorizado o papel do camponês na preservação e melhoria das espécies. Destarte,

A Via Campesina apóia esta campanha em um conceito sócio-cultural de biodiversidade, além de apresentar os camponeses como os responsáveis históricos pela manutenção da biodiversidade agrícola e pela melhoria das espécies: o camponês é apresentado como um expert, e o seu conhecimento, valorizado. (NIEMEYER, 2006, p.113).

De modo que “a biodiversidade [tenha] como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa [tenha] liberdade para pensar e ser.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000, tradução nossa¹⁵). Nessa perspectiva, a biodiversidade estaria intimamente ligada à diversidade cultural, que fora responsável pela domesticação diversa das sementes. “A diversidade biológica e a diversidade cultural alimentam-se mutuamente. Não é causalidade, é causalidade.” (RIBEIRO, 2003, p. 52).

Essa biodiversidade permite a autonomia dos povos, pois é base de sua cultura de produção de alimentos, bem como de sua cultura alimentícia. Isso se contrapõe ao posicionamento da FAO, uma vez que ela tem promovido a transgenia. Esse tipo de política permite a privatização do que antes era público e coletivo. Quando se privatiza recursos e o conhecimento, os fluxos da biodiversidade são rompidos, e monopoliza-se o primeiro elo da cadeia produtiva, a semente. Por isso, a diversidade é colocada numa posição basilar para se alcançar a soberania alimentar.

Com a promoção do conceito de “soberania alimentar” e do conceito de “camponês expert” (NIEMEYER, 2006), a Via Campesina dilatou sua capacidade de influência sobre as organizações que dela fazem parte e isso se refletiu na campanha, essa de âmbito global, promovida pela rede. Ao promover esses conceitos, a Via Campesina igualmente se aproximou

¹⁴ “[...]evitar que se impongan modelos en donde predomine una sola forma de vida o modelo de desarrollo.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000).

¹⁵ “[...] la biodiversidad [tenga] como base fundamental el reconocimiento de la diversidad humana, la aceptación de que somos diferentes y de que cada pueblo y cada persona [tenga] libertad para pensar y para ser.” (LA VÍA CAMPESINA, 2000)

de atores que não estavam diretamente ligados às causas camponesas, principalmente consumidores e ambientalistas, e que passaram, muitos deles, a estabelecer relações com a organização.

Para se posicionar com maior efetividade perante as organizações internacionais, em especial junto à FAO, a Via Campesina, através das campanhas promovidas, desenvolveu propostas baseadas em diversos acordos internacionais, como as resoluções 8/83 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1983), que versa sobre recursos fitogenéticos¹⁶, e a 5/89 (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 1989), que conceituou a noção de direitos dos agricultores (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2002). Ao fazer isso, o posicionamento da rede saiu do campo exclusivo da contestação e passou a buscar reais mudanças nas políticas agrícolas, alicerçando-as em mecanismo legais internacionais.

Para tanto, foram desenvolvidas algumas estratégias que buscavam melhorar a situação dos pequenos agricultores. Estas foram baseadas na intenção de formalizar a presença da Via Campesina em encontros das organizações internacionais, por meio da promoção de campanhas globais, buscando-se difundir informações sobre temas como biodiversidade, recursos genéticos, soberania alimentar, dentre outros.

Visando obter sucesso através dessas estratégias, um plano de ação foi formulado pela organização. Esse plano de ação inclui desde encontros regionais, câmbio de informações até a realização de campanhas internacionais e o estabelecimento de um programa de comercialização e troca de sementes.

Em síntese a Via Campesina vem se projetando nos fóruns mundiais e tem se revelado como um ator de relevância que objetiva uma ampla transformação social, visando o estabelecimento da equidade e da justiça social. Para tanto, vem construindo junto aos movimentos sociais o conceito de “Soberania Alimentar”, em que a união do conceito de biodiversidade à valorização da cultura camponesa demonstrou-se uma das principais estratégias utilizadas para projetarem-se na luta contra os grandes oligopólios vinculados produção alimentícia. A partir disso, a Via Campesina conquistou adeptos a sua luta, na medida em que criou uma atmosfera em torno dos ideais camponeses e indígenas da América Latina.

Na V conferência realizada em outubro de 2008, a Via Campesina reuniu 600 camponeses representantes de organizações de 70 países na cidade de Maputo, Moçambique,

¹⁶ Os recursos fitogenéticos abrangem inúmeras categorias como espécies silvestres, variedades de plantas, linhagens melhoradas, dentre outras.

sob o slogan "Soberania Alimentar já! Com a luta e a unidade dos povos." A conferência aprovou uma declaração, a Carta de Maputo, cujos trechos reproduzimos a seguir visto que retrata os pressupostos do ideário pós-colonial.

Na referida carta denominada ***Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar Frente à Crise Global***, declaram que

O mundo inteiro está em crise. Uma crise multi-dimensional. De alimentos, de energia, de clima e de finanças. As soluções que o poder propõe – mais livre comércio, sementes transgênicas, etc – ignoram que a crise resulta do sistema capitalista e do neoliberalismo, e somente aprofundarão seus impactos. Para encontrar soluções reais, temos que olhar para a Soberania Alimentar que propõe a Via Campesina. LA VÍA CAMPESINA, 2008).

Para a Via Campesina, essa crise se deve ao avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais, sobre todos os aspectos da agricultura e do sistema alimentar dos países e do mundo, esse processo ocorre envolvendo

Desde a privatização das sementes e a venda de agrotóxicos, até a compra da colheita, o processamento dos alimentos, e seu transporte, distribuição e venda ao consumidor, tudo já está em mãos de um número reduzido de empresas. Os alimentos deixaram de ser um direito de todos e todas, e tornaram-se apenas mercadorias. Nossa alimentação está sendo homogenizada em todo mundo, com alimentos de má qualidade, preços que as pessoas não podem pagar, e as tradições culinárias de nossos povos estão se perdendo. LA VÍA CAMPESINA, 2008).

Para a Via campesina a investida do capital sobre os recursos naturais é mais uma faceta da crise dos alimentos, que junto à crise financeira, tem torando a situação dos camponeses e populações indígenas insustentáveis.

A mesma crise financeira e a crise dos alimentos estão vinculados à especulação do capital financeiro com os alimentos e a terra, em detrimento das pessoas. Agora, o capital financeiro está desesperado, assaltando os erários públicos para seus resgates, os quais obrigarão ainda mais os países a fazerem cortes orçamentários, condenado-as a maior pobreza e maior sofrimento. A fome no mundo segue a passos largos. A exploração e todas as violências, em especial a violência contra a mulher, espalham-se pelo mundo. Com a recessão econômica nos países ricos, aumenta a xenofobia contra os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, com o racismo tomando grandes proporções e com o aumento da repressão. LA VÍA CAMPESINA, 2008)

Para a via campesina a Soberania Alimentar baseada na agricultura camponesa local, faz-se mais necessária do que nunca e defendem os pontos abaixo arrolados:

- “A soberania alimentar: Renacionalizar e tirar o capital especulativo da produção dos alimentos é a única saída para a crise dos alimentos. Somente a agricultura camponesa alimenta os povos, enquanto o agronegócio produz para a exportação e sua produção de agrocombustíveis é para alimentar os automóveis, e não para alimentar gente. A Soberania Alimentar baseada na agricultura camponesa é a solução para a crise.
- Frente às crises energéticas e climáticas: a disseminação de um sistema alimentar local, que não se baseia na agricultura industrial nem no transporte a longa distância, eliminaria até 40% das emissões de gases de efeito estufa. A agricultura industrial aquece o planeta, em quanto a agricultura camponesa desaquece. Uma mudança no padrão do transporte humano para um transporte coletivo e outras mudanças no padrão de consumo, são os passos a mais, necessários para enfrentarmos a crise energética e climática.
- A Reforma Agrária genuína e integral, e a defesa do território indígena são essenciais para reverter o processo de expulsão do campo, e para disponibilizar a terra para a produção de alimentos, e não para produzir para a exportação e para combustíveis.
- A agricultura camponesa sustentável: somente a produção camponesa agroecológica pode desvincular o preço dos alimentos do preço do petróleo, recuperar os solos degradados pela agricultura industrial e produzir alimentos saudáveis e próximos para nossas comunidades.
- O avanço das mulheres é o avanço de todos: o fim de todos os tipos de violência para com as mulheres, seja ela, física, social ou outras. A conquista da verdadeira paridade de gênero em todos os espaços internos e instâncias de debates e tomada de decisões são compromissos imprescindíveis para avançar neste momento como movimentos de transformação da sociedade.
- O direito à semente e à água: a semente e a água são as verdadeiras fontes da vida, e são patrimônios dos povos. Não podemos permitir sua privatização, nem o plantio de sementes transgênicas ou de tecnologia terminator.
- Não à criminalização dos movimentos sociais. Sim à declaração dos Direitos dos Camponeses e Camponesas na ONU, proposta pela Via Campesina. Será um instrumento estratégico no sistema legal internacional para fortalecer nossa posição e nossos direitos como camponeses e camponesas.
- A juventude do campo: É necessário abrir, cada vez mais, espaços em nossos movimentos para incorporar a força e a criatividade da juventude camponesa, com sua luta para contruir seu futuro no campo.
- Finalmente, nós produzimos e defendemos os alimentos de todos e todas”.¹⁷

¹⁷ http://www.movimientos.org/cloc/5cviacampesina/show_text.php3?key=13343 acesso em 23/12/2011.

Nesse documento se verificam os elementos constitutivos do discurso e da prática da Via Campesina vinculada ao pós-colonial, tais como a revalorização das trajetórias de grupos, de comunidades e de culturas historicamente subalternas da América Latina e demais continentes. Nota-se também questões vinculadas à defesa da autonomia dos povos e suas culturas, das mulheres, pela dignidade e vida, pela defesa dos saberes e culturas das populações tradicionais, enfim pelo direito de existir e defender seu modo de vida e seus direitos ao território.

Ao observarmos os conflitos sociais na América Latina e no Caribe cujos movimentos integram a Via Campesina, verificamos a forte presença de movimentos indígenas, afrodescendentes e de camponeses com diferentes matizes culturais, sobretudo em países como Bolívia, Paraguai, Equador, México, Guatemala, Colômbia, Chile (Mapuches) e Brasil (com destaque para os camponeses politicamente organizados no MST), que vêm pautando outras questões para além daquelas do capitalismo global que, sabemos, subjaz à formação social da América Latina e do Caribe. Enfim, não compreenderemos a emergência de movimentos com forte potencial emancipatório na América Latina e no Caribe se permanecermos prisioneiros de categorias analíticas pensadas a partir de uma realidade específica como a Europa, por mais que tenhamos nos habituado com o eurocentrismo, com a ideia de um pensamento universal, e, assim, válido em qualquer circunstância. Há uma colonialidade do saber aí implicada, afinal a colonialidade sempre fez parte de nossa formação moderna. (Lander, 2005).

Mas dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Na América latina, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias a partir de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. (Porto Gonçalves, 2005)

Para Porto Gonçalves (2005) nessas resistências, r-existência, as epistemes e o território (onde a questão da terra tem um lugar central) ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam dominá-la.

Referências

BHABHA, Homi K. *O local da Cultura*. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves – Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> acessado em abril de 2011.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Trad. José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LA VIA CAMPESINA. Documento da V Conferencia Int. de Via Campesina. 2008. Disponível em: http://www.movimientos.org/cloc/5cviacampesina/show_text.php3?key=13343> Acesso em: 23/12/2011.

LA VÍA CAMPESINA. **Documento de la III Conferencia Int. de Via Campesina**. 2000.

Disponível em:

<http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=47:biodiversidad-y-recursos-gencos&catid=33:3-bangalore-2000&Itemid=55>. Acesso em: 01 nov. 2010.

_____. **Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina**. [1996] 2007. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_content&view=article&id=404:ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996&catid=32:2-tlaxcala&Itemid=48>. Acesso em: 01 nov. 2010.

_____. **La Vía Campesina members**. 2008. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/sp/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>. Acesso em: 30 out. 2010.

LANDER, Edgardo Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.55-70. In: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Dussel.rtf>> acessado em abril de 2011.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locales/Diseños Globales*. Madrid: Akal. 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Apresentação da edição em português**. *En publicación: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005.

SANTOS. Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, S. Paulo, Porto : Cortez Ed., Afrontamento, 2007.

SANTOS. Boaventura de Sousa, **As dores do pós-colonialismo**. Publicado na *Folha de S.Paulo* em 21 de Agosto de 2006.

QUIJANO, Anibal. Estado-Nación, Ciudadanía y Democracia em Cuestión. In: Gonzáles, Helena; Schmidt, Heidulf (org.). *Democracia Para Uma Nueva Sociedad* . Caracas, Nueva Sociedad. Venezuela. 1997.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - Caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, vol.2, no.54, Salvador, Sept./Dec. 2008a.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *História: Debates e Tendências*. Ed. da UPF, 2008b.

SIMONETTI, M. C. L Entre o local e o global: o movimento dos Sem Terra e a Via Campesina. Simpósio Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. UNIARA. Disponível em:

<http://WWW.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/s.com.br/nupedor/nupedor_2006/trabalhos/sessão4/01_mirian.doc>